



# RETROSPECTIVA 2018 LUTAS DA APEOESP



SINDICATO DOS  
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

FILIADO À  
**CNE**  
E  
**CUT**



Fotos: Douglas Mansur - Jesus Carlos - Jordana Mercado - Rogério Cavalheiro

# RETROSPECTIVA 2018 LUTAS DA APEOESP



A Escola Pública é Nossa: contra a privatização  
e a reforma da Previdência

# APRESENTAÇÃO

Mobilização constante define o trabalho que a APEOESP tem realizado de forma incisiva, especialmente nos últimos dois anos.

Desde 2016, quando Michel Temer assumiu a Presidência do país, por meio de um golpe, os ataques à classe trabalhadora e aos direitos conquistados se tornaram mais frequentes e orquestrados pelo Governo de forma cruel e devastadora.

Frente a isso, a APEOESP não se calou e nem se calará. Se manteve firme na batalha frente as investidas contra a educação e os educadores, bem como na defesa dos direitos da classe trabalhadora. Se posicionou, em manifestações,

atos e greves, contra todas as medidas que prejudicam os direitos da cidadania, no nosso estado e no país.

Precisamos lembrar todas as batalhas enfrentadas no decorrer de 2018 para que, no difícil cenário que se aproxima em 2019, possamos manter a mesma garra para enfrentar as novas batalhas que virão.

**Professora Bebel**  
Presidenta da APEOESP



# A BNCC E A REFORMA DO

Privatizantes. Excludentes. Fragmentadoras. Estas são apenas algumas palavras que podem adjetivar a Reforma do Ensino Médio e a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ambas estão atreladas à Emenda Constitucional 95, a qual congela investimentos na Educação por 20 anos.

A proposta de BNCC do governo golpista, que tem como parâmetro a Reforma do Ensino Médio aprovada na Lei 13.415/2017, é a concretização da antirreforma, consolidando um modelo de "apartheid educacional" no Brasil, instituindo uma escola boa para ricos, e uma escola ruim para os pobres.

Isto porque, da forma como está proposta, a medida exclui disciplinas que antes eram obrigatórias, retira das escolas a autonomia e as transfere para alunos de 14 a 15 anos fazerem "escolhas" sobre o que querem aprender, com uma educação voltada apenas para a certificação, e anulando a necessidade do domínio didático dos professores. Permite, ainda, que grupos privados assumam parte do ensino médio regular, podendo chegar a até 80% da Educação de Jovens e Adultos, via educação a distância.

A atual proposta da BNCC ignorou completamente os debates que foram realizados desde 2015, excluindo, assim, o diálogo com entidades representativas, educadores e demais atores diretamente envolvidos com a escola pública.

Em 08 de junho, com liderança da APEOESP, foi barrada a

“  
Em **8 de junho**, com liderança da **APEOESP**, foi barrada a **realização** da **audiência pública** em São Paulo, que seria uma **farsa para legitimar** essa **BNCC**  
”

realização da audiência pública em São Paulo, que seria uma farsa para legitimar essa BNCC. Já em 02 de agosto, a APEOESP realizou uma webconferência sobre o assunto, tendo como palestrantes a Presidenta da APEOESP, professora Maria Izabel Noronha; o professor João Palma, ex-coordenador do Fórum Estadual de Educação e também por César Calegari, ex-presidente da comissão que tratava do BNCC, que se demitiu por discordar dos encaminhamentos dados pelo Governo Federal e aceitos pelos demais membros da comissão.

Embora tenham sido aprovados, continuamos mobilizados contra esses projetos pois, além dos problemas já apontados, abrem caminho para o compartilhamento de recursos públicos com organizações privadas, admissão de profissionais com “notório saber” e não licenciados para ministrarem aulas, entre outros ataques.

**A luta continua: não aceitamos esse retrocesso!**



▲ Professora Bebel participa de seminário da CNTE sobre a BNCC e a reforma do Ensino Médio

# ENSINO MÉDIO



Professores, organizados pela APEOESP, barram audiência sobre a BNCC no Memorial da América Latina ▲



Professora Bebel fala à TVT sobre a BNCC e a reforma do Ensino Médio ▲

# A BNCC DO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

Na Base Nacional Comum Curricular aprovada para o ensino infantil e fundamental existem incongruências que não correspondem às necessidades das crianças e adolescentes e à diversidade presente na sociedade brasileira.

A implementação do ensino religioso no currículo escolar, por exemplo, não deixa claro como funcionará essa "disciplina". Isto porque existem diversas religiões - inclusive de origem africana - no país. Desta forma, o ensino religioso pode se tornar uma imposição de determinada crença, e gerar, ainda mais preconceito contra as demais religiões diversas da que for ensinada.

Já as orientações sobre identidade de gênero e sexualidade não poderão ser tratadas pelos educadores. Em um país onde o desrespeito às minorias impera, em que a violência contra pessoas LGBTQI's, crianças e mulheres tem números alarmantes, com incontáveis casos de estupros e abusos sexuais, tirar da BNCC os parâmetros que norteiam o ensino com conteúdos relacionados à orientação sexual, é manter esses setores vulneráveis da sociedade em risco.

Além disso, a separação da BNCC do Ensino Infantil/Fundamental da Base do Ensino Médio contraria o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. Isto porque a LDB considera o Ensino Médio, uma das três etapas da educação básica, indissociável das demais.

Entretanto o que foi aprovado as desvincula, retirando a integralidade e a continuidade de um projeto de educação iniciado na infância até a adolescência.

Juntamente com os atos realizados contra a BNCC e a Reforma do Ensino Médio, em junho e agosto, a APEOESP se posicionou contra tais medidas, rechaçando-as. Iniciou, também, debates e fez publicações nas quais alerta a sociedade contra mais uma medida que prejudica as crianças de nosso país.

# CIS: PRIVA

Maquiar propostas, tentando dar-lhes um sentido positivo aos olhos da sociedade, é uma característica de Governos que buscam se eximir de suas obrigações.

Um exemplo disto é a proposta do Contrato de Impacto Social (CIS), fomentado pelo Governo de São Paulo, prevendo a contratação de empresas e entidades privadas para executar e gerenciar ações pedagógicas, sob a justificativa de promover o aumento da aprovação e diminuição da evasão escolar, sem redução da aprendizagem dos alunos. Não ficou claro, no documento formulado pelo Governo Alckmin, o tipo de ação que essas empresas desenvolveriam nas escolas, transformando-as em cobaias, instrumentos de experimentos dos quais não se sabe em quê resultariam.

O CIS prevê, na realidade, uma parceria público-privada que remuneraria empresas privadas para realizar o que já está previsto no Plano Estadual de Educação (PEE), fruto de intensas mobilizações e negociações da APEOESP com o próprio Secretário de Educação e equipe, lideranças governistas e de oposição na ALESP.

“  
A incisiva **mobilização e pressão** da **APEOESP**, juntamente com estudantes e **outras entidades e movimentos** criou uma **situação que dificultou ao Governo** prosseguir a **implementação do CIS**  
”

# TIZAÇÃO DISFARÇADA

O PEE contém 21 metas e 265 estratégias para a garantia do acesso de toda a população à educação básica, o combate à evasão escolar, redução da repetência, formação e valorização de professores e professoras, formulação de propostas curriculares/projetos político-pedagógicos que atendam às necessidades e aos interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora, que frequentam as escolas públicas.

Se já existe o PEE, por que a necessidade de se criar outro projeto, para os mesmos fins? Isto porque a implementação do PEE é uma obrigação do Governo de São Paulo, e, para fugir à essa responsabilidade foi proposto o CIS, desobrigando o Estado de seu papel.

A incisiva mobilização e pressão da APEOESP, juntamente com estudantes e outras entidades e movimentos criou uma situação que dificultou ao Governo

prosseguir a implementação do CIS. A intervenção direta da Presidenta da APEOESP junto ao então Secretário da Educação, em março de 2018, fez com ele publicasse uma nota no Diário Oficial do Estado, informando que o projeto fora suspenso, sob a alegação de que o tema não tinha sido debatido o suficiente para dar-lhe continuidade.



## Despachos do Secretário, de 29-3-2018

### Comunicado

Ao findar-se um ciclo na gloriosa história da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo em que não apenas se enfatizou, mas se conferiu pioneira concretização ao princípio constitucional da gestão democrática, ponderável a argumentação oferecida quanto à implementação do Contrato de Impacto Social, de necessidade de mais amplo debate quanto à sua oportunidade, conveniência e viabilidade. A retomada dos estudos será deliberada pela nova gestão, não sem antes propiciar-se aprofundados esclarecimentos aos colegiados no âmbito de cada unidade escolar, ouvidos o Grêmio Estudantil, Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, corpos gestor, docente e funcional e a imprescindível obtenção de consenso por parte da comunidade interessada.



Em reunião com secretário da Educação, professora Bebel critica o CIS ▲

# COM MOBILIZAÇÃO, IMPEDIMOS

Em 2018, assim como ocorreu no ano anterior, a mobilização da classe trabalhadora impediu que o Governo golpista de Michel Temer aprovasse a reforma da Previdência.

A APEOESP teve papel destacado nesta luta, desde o final de 2016, ano em que foi aprovado, em nosso Congresso, um manifesto e uma proposta de calendário que foram levados ao Congresso da CNTE e CUT. Tais documentos passaram a ser parâmetros para as mobilizações que se seguiram, como a greve nacional da categoria e a greve geral de 28 de abril de 2017.

A APEOESP produziu material explicativo sobre a reforma, que mereceu menções em sites especializados e reproduções. Em 2018, estivemos presentes nas mobilizações do primeiro semestre, nas ruas, em Brasília e nos aeroportos onde embarcam e desembarcam os parlamentares, até que o Governo anunciou a decisão de adiar a votação do projeto.

Esta reforma da Previdência fará com que milhões de trabalhadores percam seu direito à aposentadoria, que ficará adiada para uma data cada vez mais distante ou inviabilizada, tendo em vista

que a expectativa de vida de grandes segmentos da classe trabalhadora é bem menor que a média nacional.

Com a eleição de Jair Bolsonaro os parlamentares comprometidos com os grandes

“ Em 2018, assim como ocorreu no ano anterior, a **mobilização da classe trabalhadora impediu** que o **Governo golpista** de Michel Temer **aprovasse** a **reforma da Previdência** ”



▲ APEOESP sempre esteve presente nas mobilizações em favor da classe trabalhadora



# A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

grupos econômicos, que se mobilizaram para a eleição do novo governo, tentam aprovar a referida reforma. Bolsonaro já declarou que isto é prioridade para ele e que considera que os servidores públicos são o principal problema da Previdência.

Essa movimentação ocorre ao mesmo tempo em que o Senado Federal aprova, a toque de caixa, o aumento salarial dos Ministros do STF de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil por mês. Lembrando que estes Ministros possuem, ainda, uma série de regalias como auxílio moradia, mesmo que residam em Brasília, enquanto milhões de brasileiros e brasileiras tentam sobreviver com um salário de fome.

Todas as centrais sindicais, junto aos sindicatos, estão se mobilizando para impedir mais este golpe na classe trabalhadora.

A APEOESP, novamente, estará na linha de frente dessa mobilização. Serão reeditados e atualizados os materiais relacionados a essa questão e as subsedes devem estar prontas a mobilizar a base da categoria para garantir o direito à aposentadoria especial e para que os demais trabalhadores também não sejam mais prejudicados.

## PL DO EXTERMÍNIO



▲ Professora da rede municipal de São Paulo sofre agressão por parte da guarda-civil do prefeito João Dória

A agenda de destruição dos direitos imposta aos brasileiros inclui, desde 2017, a aprovação de mudanças na Previdência dos servidores municipais de São Paulo.

No dia 26 de dezembro, a reforma da Previdência do prefeito Bruno Covas – sucessor de João Dória – foi aprovada na Câmara Municipal por 33 votos a favor e 17 contrários. A criação da Sampaprev aumentou a cobrança de alíquota dos servidores municipais de 11% para 14%.

O primeiro projeto de criação da reforma previdenciária foi encaminhado pelo então prefeito João Dória – que deixou o cargo para disputar a eleição para o governo do Estado. A proposta na época era a contribuição passar de 11% para 19% – que ficou conhecida como PL do Extermínio. No início do ano, os servidores entraram em greve e

evitou a imposição do desconto de 19%.

Como já ocorrera no governo de João Dória, os servidores públicos foram covardemente reprimidos pela tropa de choque da Guarda Civil Metropolitana, agredidos com bombas de gás e golpes de cassetete.

Junto com diretores da entidade, a presidenta da APEOESP, professora Bebel, esteve na Câmara Municipal acompanhando a votação e falou como convidada na assembleia dos professores municipais e demais servidores, se posicionando firmemente contra a proposta e solidarizando-se com os professores e professoras municipais: “Vamos manter e intensificar nossa luta para impedir mais esse profundo ataque à classe trabalhadora. O caminho é mobilização e a greve geral”.

# CATEGORIA O – ACABAMOS COM A

No dia 21 de novembro, a Assembleia Legislativa aprovou o PLC 42/2018 que substitui a duzentena (180 dias de interstício entre contratações para os professores da categoria O) pela quarentena (40 dias).

Em reuniões com o Governador, Secretário da Educação e o Colégio de Líderes da ALESP, a professora Bebel, Presidenta da APEOESP, trabalhou pela aprovação urgente desse projeto, criando as condições para a extinção da duzentena de forma permanente. Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, deputada Beth Sahnão foi a autora da emenda que assegurou a extinção.

A APEOESP considera esta uma decisão transitória, pois a luta é pela implementação da estratégia 18.20 do Plano Estadual de

Educação (PEE), ou seja, uma nova lei de contratação, com direitos iguais aos dos efetivos, sem quarentena, nem duzentena.

A contratação de professores temporários na rede estadual de ensino (categoria O), nos termos da Lei Complementar 1093/2009, representa uma inaceitável precarização do vínculo desses profissionais com o Estado.

Diante da criação desta forma de contratação, a APEOESP luta para melhorar as condições desses profissionais, tendo em vista que a Justiça não acatou o pedido do nosso sindicato para que a lei fosse declarada inconstitucional.

Desta forma, com mobilizações, negociações e pressão na Assembleia Legislativa, a APEOESP conseguiu ao longo do tempo, entre outros avanços, a extensão da duração inicial do contrato de

1 ano para 3 anos e 10 meses.

Em diversos momentos, o sindicato também conseguiu reduzir a chamada “duzentena” para “quarentena”. Em 2017, por exemplo, com a “quarentena”, a APEOESP assegurou o emprego de 33 mil docentes, que puderam ter aulas atribuídas neste ano.

A APEOESP também está lutando para que seja efetivada a garantia do direito a atendimento médico pelo IAMSPE aos professores da categoria O.



▲ Pelos direitos dos professores, professora Bebel e diretores da APEOESP ocupam galerias da Alesp

# PERIODICIDADE DA QUARENTENA!

“**A APEOESP assegurou o emprego de 33 mil docentes, que puderam ter aulas atribuídas neste ano**”

Neste sentido, foi encaminhado pelo Governo à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar 42/2018, que garante esse direito aos professores da categoria O “enquanto perdurar a relação laboral, mediante valor mínimo de contribuição mensal e contínua, bem como prazos de inscrição e carência, nos termos e condições definidos no regimento”.

Essa é uma luta da APEOESP

desde 2009, quando foi aprovada a LC 1093. Foi feita pressão na greve de 2013 sobre o então Superintendente do IAMSPE e o Secretário de Gestão Pública da época, porém não houve progresso, até que, finalmente, esse direito consta no PLC 42/2018. Porém, o projeto é mais amplo e necessita ser aprovado com emendas.

▼ *APEOESP lota galeria da Alesp em defesa dos direitos da categoria*



# PELO DIREITO A ATENDIMENTO MÉDICO DE QUALIDADE

A APEOESP mantém uma luta histórica pelo fortalecimento e melhoria do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público do Estado (IAMSPE). Consideramos que o IAMSPE é um patrimônio dos servidores públicos, que o mantêm financeiramente. Devem, portanto, ter maioria nos órgãos deliberativos e administrativos da instituição.

Assim, o PLC 52/2018, que transforma o IAMSPE em autarquia especial, embora contemple reivindicação dos professores da categoria O,

necessita ser alterado por meio das emendas elaboradas pela APEOESP e também pelas demais entidades que compõem a Comissão Consultiva Mista (CCM) do IAMSPE e entidades de funcionários e médicos do próprio Instituto, visando democratizar a gestão, garantir verbas do Estado, assegurar o caráter público do IAMSPE e melhorar a qualidade do atendimento.

“ O IAMSPE é um patrimônio dos servidores públicos, que o mantêm financeiramente ”

▼ Professora Bebel fala na webconferência IAMSPE - A vida em primeiro lugar - Pelo direito à saúde



# LUTAMOS E LUTAREMOS PELA EFETIVAÇÃO DE 15 MIL PEBS I E MAIS CHAMADAS DE PEBS II

A APEOESP ingressou, em fevereiro de 2018, com uma ação coletiva pleiteando ao Poder Judiciário que determine ao Governo de São Paulo a convocação dos docentes aprovados no concurso de PEB II, iniciado em 2013, até que se preencham todas as 59 mil vagas autorizadas pelo Governador e oficializadas no edital do concurso.

O concurso foi realizado em novembro de 2013, com recorde de inscrições, voltado a educadores que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

O ingresso da ação, nesta data, se justifica pelo fato de que só era possível afirmar que o Governo não cumpriu o edital após o vencimento da prorrogação do concurso, que ocorreu à meia noite do dia 31/1/2018.

Ainda falta convocar cerca de 15 mil docentes para o preenchimento do quadro. Enquanto isso, os estudantes sofrem com a falta de professores em disciplinas essenciais à sua formação, ou possuem professores temporários, com contratos precarizados.

É importante salientar que a realização deste concurso, o maior da rede estadual de ensino, foi uma conquista da greve de 34 dias realizada em 2013, bem como o concurso de PEB I que se realizou posteriormente e que ainda está em vigor.

“ A realização deste concurso, o maior da rede foi uma conquista da greve ”



Convocação de todos os concursados, pois ainda falta convocar cerca de 15 mil docentes para o preenchimento do quadro

# EXIGIMOS O PAGAMENTO

O piso salarial profissional nacional é uma conquista de 200 anos de lutas dos trabalhadores em Educação. Representa um passo a mais na busca pela valorização da categoria.

O estado de São Paulo durante anos pagou salários base acima do piso nacional. Mas, com a política de arrocho praticada pelos governos do PSDB, somado ao Decreto que instituiu o “reajuste zero”, em 2015, fez com que a situação se invertesse, tendo o valor do piso nacional superado o valor do salário base do magistério paulista.

Assim, desde 2016, os salários base estão defasados. Em 2017 a APEOESP pleiteou a correção por meio de reajuste salarial de 10,15% para todos os PEB I, da ativa e aposentados e, por se tratar de salário base, com repercussão nos salários de todos os demais integrantes do quadro do magistério (PEB II, Diretores, Supervisores e Dirigentes) da ativa e aposentados. A ação foi vitoriosa.

O então governador Alckmin, nos primeiros dias de janeiro, concedeu um reajuste de 7%, ao mesmo tempo tentando desobrigar-se de pagar os 10,15%. Um dos significados dos 7% de reajuste é o fato de que ele quebrou a política de reajuste zero imposta pelo governo do Estado e, ao mesmo tempo, demonstra que a persistência na luta salarial, desde 2014, utilizando todos os meios ao alcance, passou a surtir efeito.

**REAJUSTE  
DE 10,15%  
JÁ!**

Com a aprovação dos 7% na Assembleia Legislativa, que a própria base do governo vinha protelando, exigiu-se a execução do reajuste de 10,15%, pois a Justiça já deu ganho de causa em todas as instâncias. Portanto, o Estado vai pagar, como determinou o Superior Tribunal de Justiça, rejeitando recurso do Governo.



▲ Presidenta da APEOESP, professora Bebel esteve em Brasília para tratar do pagamento do reajuste de 10,15% que a APEOESP conquistou na Justiça

# DO REAJUSTE DE 10,15%!

Ocorre que o Governo do Estado conseguiu junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), um recurso

“

Exigiu-se a execução do reajuste de 10,15%, pois a **Justiça já deu ganho de causa em todas as instâncias**

”

que “travou” o pagamento. Em junho de 2018, a Presidenta da APEOESP, juntamente com o Governador e o Secretário da Educação, estiveram com a então Presidenta do STF, Ministra Cármen Lúcia, que aceitou liberar o processo, desde que o Governador assim o requeresse, comprometendo-se a pagar o reajuste.

Isto não foi feito e a APEOESP prossegue lutando para que essa

vitória judicial, restaurando parte do poder de compra dos nossos salários, com os retroativos a janeiro de 2017, se concretize.

Caso o Governo que está encerrando o seu mandato não cumpra o acordo assumido, nossa luta prosseguirá junto ao novo Governo, pois não abriremos mão em hipótese alguma do que é nosso direito.

## JORNADA DO PISO É LEI

Nossa luta também se estende na perspectiva do cumprimento da jornada conforme determina a Lei 11738/08. Desde sua aprovação, o Governo de São Paulo tergiversa e não assegura que a categoria possa utilizar 1/3 de sua jornada para atividades extraclasse. Em 2012, MEC homologou parecer do CNE, cuja redatora foi a professora Bebel, presidenta da APEOESP, assegurando a implantação da medida, podendo inclusive ser feita de forma paulatina. A APEOESP defende também que os professores possam se fixar em uma única escola, por meio do Regime de Dedicção Exclusiva, mediante um incentivo extra de 30%, incorporado no salário.



Assembleia dos professores reivindica reajuste salarial ▲

# READAPTADOS SIM, MAS COM MANUTENÇÃO DOS DIREITOS



▲ Professora Bebel fala à imprensa sobre os profissionais readaptados

Diversos profissionais da educação são, constantemente, afastados da sala de aula e readaptados em outras funções dentro do magistério. Isso porque as doenças adquiridas pelos educadores, durante o exercício diário de nossa estressante profissão, os forçam a um afastamento das atividades diretas e cotidianas com educandos.

Entretanto, nos últimos anos os professores readaptados, embora doentes, têm sido obrigados a retornar às salas de aula. Em 2018, a APEOESP mobilizou-se firmemente contra esse absurdo. Em fevereiro, realizou ato público no Departamento de Perícias Médicas, conseguindo o compromisso de que essa política seria revista ou, no mínimo, amenizada. Porém, isto não ocorreu.

Frente a esse fato, o sindicato tem ajuizado e vencido grande número de ações judiciais, beneficiando esses professores. No âmbito da Secretaria da Educação, conseguimos que os profissionais readaptados que estão nos chamados projetos da pasta, mesmo quando cessada a

readaptação, possam permanecer no projeto naquele ano e, caso seja bem reavaliado, poderá ser reconduzido no ano seguinte.

Ao mesmo tempo, diversos desses professores estavam sendo transferidos de local de trabalho à sua revelia. A APEOESP obteve vitória no Tribunal de Justiça, frente à Resolução SE 18/17, que previa ao professor readaptado excedente ao módulo da escola, a atribuição de nova sede de exercício. Segundo a resolução, seria atribuída, compulsoriamente, outra escola do mesmo município ou, não havendo vaga no município, o docente readaptado seria fixado na Diretoria de Ensino.

Com base no artigo 100 do Estatuto do Magistério, que



▲ Professores participam de ato em frente ao DPME

“ Conseguimos que os **profissionais readaptados** que estão nos **chamados projetos da pasta**, mesmo quando **cessada a readaptação**, possam **permanecer neles** ”

assegura que o professor readaptado exercerá suas funções na escola em que se encontrava lotado quando da readaptação e que haverá mudança somente no caso de opção do docente, a APEOESP impugnou a Resolução e a respectiva Instrução por meio de mandado de segurança coletivo, que foi julgado procedente pelo juiz de primeira instância.

A Presidenta da APEOESP também trabalhou junto ao Secretário da Educação para que fosse acatado o acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) que dá direito à aposentadoria especial aos professores readaptados. O Estado de São Paulo já se curvou a essa determinação do STF, cumprindo a sentença, em diversos casos, servindo de parâmetro para todo o Brasil.

É importante ressaltar que a readaptação é uma forma de proteger a saúde física ou mental do docente, não podendo a Secretaria da Educação adotar medidas que prejudiquem os docentes readaptados, como a mudança compulsória da sede de exercício.



# PELA IMPLEMENTAÇÃO IMEDIATA DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A aprovação do Plano Estadual de Educação (PEE) na Assembleia Legislativa, em junho/2016, foi fruto da luta conjunta de professores, estudantes, funcionários, da APEOESP e de todas as entidades que participam do Fórum Estadual de Educação. O PEE objetiva uma escola pública de qualidade para todos, com gestão democrática e valorização dos profissionais.

A APEOESP se destacou na luta pelo PEE, desempenhando papel importante na elaboração da proposta e para que o projeto enviado à Assembleia Legislativa pelo Governo recuperasse, em seus aspectos fundamentais, as proposições iniciais elaboradas de forma democrática e participativa pelas 75 entidades que compõem o Fórum.

Durante todo o primeiro semestre de 2016 a Presidenta da APEOESP, professora Bebel, atuou de forma incessante junto à Secretaria da Educação e à

Assembleia Legislativa, conseguindo a realização de reuniões e audiência pública, resultando em emenda aglutinativa que restaurou praticamente os pontos da proposta original do Fórum.

Porém, não basta que estejam na lei do PEE metas e estratégias que respondem, em parte, aos anseios da categoria e da sociedade. É preciso, novamente, lutar, e muito, para que sejam implementados.

“ O PEE objetiva uma **escola pública de qualidade** para todos, com **gestão democrática e valorização dos profissionais** ”

No PEE, foram aprovados pontos estratégicos, como:

- Criação do Sistema Estadual de Educação.

- Legislação específica para a gestão democrática.

- Equiparação salarial do magistério com demais profissionais com formação equivalente (meta 17), no prazo de seis anos.

- Nova carreira que valorize o trabalho e a experiência dos profissionais da educação.

- Promover o Regime de Dedicção Plena e Exclusiva por meio de incentivos incorporáveis aos salários.

- Implantação da jornada do piso e revisão anual dos salários.

- Ampliar as fontes de financiamento a partir de propostas de alteração no sistema tributário, com maior disponibilização de recursos para a educação, assegurando maior justiça social, aplicando efetivamente e de forma transparente os recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

- Custo-aluno-qualidade.

- Adequação, até 2020, da relação numérica professor-estudantes nas classes, de acordo com padrões sanitários, técnicos e diretrizes pedagógicas, níveis e modalidades de ensino e inclusão de estudantes com necessidades especiais.

- Assegurar, até a vigência deste plano, a toda a população acima de 18 anos que tenha concluído o Ensino Fundamental, acesso ao Ensino Médio, público, gratuito e de qualidade.

**Em 2018 lutamos pelo Plano Estadual de Educação e essa luta vai continuar em 2019.**



▲ Audiência Pública na ALESP sobre o Plano Estadual de Educação

# ESCOLA SEM PARTIDO, MAS COM

Com o término das eleições gerais de 2018, o ataque aos docentes tornou-se mais forte. Estudantes tem sido estimulados a gravarem aulas e denunciarem professores que debatam política, ideias e conceitos no contexto de suas disciplinas ou que se posicionem politicamente nas salas de aula. Querem proibir o que a Constituição garante, ou seja, a liberdade de ensinar e aprender e a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas.

Diversos docentes têm sido vítimas de assédio e perseguição nas unidades escolares. Estudantes e também pessoas de fora da comunidade escolar tentam constrangê-los com filmagens ilegais, qualificando-os de “doutrinadores”.

Frente a isso, a APEOESP orienta a categoria sobre seus direitos, com base na Constituição Federal, e orientando-a a procurar o Sindicato em face de qualquer fato e atitudes que firam esses direitos.

O Ministério Público Federal já manifestou posição contrária à “escola sem partido”, assim como o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu liminar contrária à lei aprovada em Alagoas com este teor. O mérito desta ação será julgado no próximo período.

A APEOESP retomou a campanha contra a “Farsa da escola sem partido”, assim como encaminhou à CNTE solicitação para que ingresse com ação semelhante àquela na qual o STF assegura a liberdade de

▼ *Evento na APEOESP debate a farsa da escola sem partido*



# PERSEGUIÇÃO E CENSURA

expressão nas universidades, para que o mesmo princípio seja garantido nas escolas de educação básica.

Além disso a APEOESP produziu um material para sanar dúvidas sobre o assunto e criou um canal de denúncias, em seu site, para

que os docentes que tiverem seus direitos cerceados, comuniquem o fato para proceder com as medidas cabíveis.



**DEPUTADA ELEITA E PRESIDENTA DA APEOESP, PROFESSORA BEBEL TERÁ COMO UMA DAS SUAS PRIMEIRAS AÇÕES NA ALESP A APRESENTAÇÃO DE UM PROJETO DE LEI CONTRA A ESCOLA SEM PARTIDO. VEJA ABAIXO:**

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1o - É assegurado o direito à liberdade de expressão e de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber a todos os professores, estudantes e servidores da Educação da rede pública estadual paulista.

Art. 2o - Da mesma forma, é assegurada nas escolas do estado de São Paulo a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas.

Art. 3o - A Secretaria de Estado da Educação cuidará do fiel cumprimento da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estipulando sua difusão como tema transversal do currículo e promovendo campanhas de divulgação nas escolas, prevendo-as no calendário pedagógico.

Art. 4o - Fica vedado nas unidades de ensino:

I - O cerceamento de opiniões mediante coação ou violência.

II - O assédio aos profissionais da Educação e estudantes em virtude de opinião, ressalvadas as vedações legais tipificadas em lei.

Parágrafo único: Caberá às unidades de ensino a aplicação das medidas disciplinares previstas em lei em caso de descumprimento desses dispositivos, sem prejuízo da notificação das autoridades competentes nas hipóteses de infração penal.

Art. 5o - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

# SEM CONDIÇÕES, NÃO HÁ EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Salas superlotadas, falta de material e de pessoal, contratos precários, salários defasados, ameaças e violência em sala de aula, governos neoliberais e contra a classe trabalhadora. Com esse quadro, como garantir que haja uma educação de qualidade?

A APEOESP tem, desde a sua fundação, lutado por uma educação pública e de qualidade a todos e todas, que valorize seus profissionais e também que favoreça a formação de cidadãos e cidadãs.

Entretanto, desde 2015, o Governo do Estado já fechou mais de 9 mil salas de aula, de acordo com levantamento parcial do nosso sindicato. Há evasão escolar, por certo, mas o Governo não toma medidas para compreender as razões dessa evasão e tampouco para criar as condições para que esses estudantes retornem às salas de aula.

Durante todo o ano de 2018 a APEOESP lutou para que não houvesse mais fechamento de classes e denunciou a superlotação. Em vez de fechar classes, superlotando as demais, queremos que a Secretaria da Educação passe a adotar progressivamente, como parâmetro para a composição das classes, o limite máximo de 25 estudantes por classe, pois está demonstrado por estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e também da

“ Queremos que a **Secretaria da Educação** passe a **adotar progressivamente**, o limite **máximo** de **25 estudantes** por **classe** ”

Fundação Getúlio Vargas, que a redução do número de estudantes por classe favorece muito a aprendizagem escolar.

Também estamos em luta para que as escolas sejam dotadas de materiais adequados, para que seja revisto o projeto arquitetônico, as condições ambientais e as práticas pedagógicas, para que a escola se torne um local agradável para os estudantes e que eles queiram nela ficar.

Por isso, a luta da APEOESP é imprescindível, juntamente com estudantes, movimentos sociais e demais segmentos da sociedade, formando uma frente ainda mais forte e incisiva. A execução do PEE, neste sentido, é uma das batalhas a ser travada no próximo período, para que se possa garantir vitórias para cada problema identificado na educação pública do estado de São Paulo, servindo de exemplo a todo o Brasil.

## CONTRA A MISOGINIA E PELA VIDA DAS MULHERES

A APEOESP entende que a luta das mulheres não deve ser lembrada somente no dia 08 de março. Diversas mulheres sofrem, diariamente, situações de violência e assédios - sem contar os casos de misoginia - e isto precisa ser debatido e lembrado a cada momento.

Em 2018, iniciamos nossa agenda de Assembleias no dia Internacional de luta das mulheres, além de participar da marcha que teve como tema "Pela vida das mulheres. Democracia e soberania. Temer sai. Fica aposentadoria!", que contou com a participação de mais de 15 mil mulheres.

Realizamos, também, o Encontro "Por Educação, Direitos e Democracia", no Clube Homs, ocasião em que foi lançado o segundo volume da "Enciclopédia do Golpe - O papel da mídia". O evento reuniu professoras que defendem o papel da Educação na luta pela retomada do processo democrático, com garantia de direitos a todas as parcelas da população, e teve a participação também da ex-Presidenta Dilma Rousseff, da ex-Ministra Eleonora Menicucci e da Professora Bebel, Presidenta da APEOESP, entre outras mulheres de luta.

Além da produção de um boletim específico para o público feminino a APEOESP, que possui uma esmagadora maioria de mulheres, como a nossa categoria, manteve sua atuação em defesa das mulheres, debatendo as bandeiras de luta do público feminino no período eleitoral, esclarecendo à sociedade a importância de eleger representantes que compreendam e defendam os pleitos fundamentais da pauta feminina, como a luta contra os assédios, a misoginia, o estupro, a violência, bem como por respeito e pela igualdade de direitos e oportunidades.



▲ APEOESP lança dados de pesquisa sobre a Qualidade da Educação em 2017

## CENTRO DE REFERÊNCIA DOS APOSENTADOS E ENCONTROS MARCAM 2018

Defender os direitos de todos os professores aposentados faz parte da luta da APEOESP, mas as ações vão além das questões salariais. A realização de atividades de lazer e bem-estar promovidos nos cursos de pintura e canto coral, por exemplo, são algumas das atividades promovidas pelo sindicato para este público tão especial.

Como estágio inicial de um grande projeto da APEOESP foi inaugurado em março de 2018, na cidade de Ibirá, o Centro de Referência dos Aposentados, espaço onde os professores e as professoras aposentados poderão residir com comodidade e assistência. O espaço foi pensado respeitando as questões



Inauguração do Centro de Referência dos Aposentados

de acessibilidade, segurança, lazer e bem estar. O Centro terá também a presença de profissionais de diversas áreas que farão o acompanhamento de todos os moradores.

Em maio de 2018, um encontro de aposentados também contou com a exposição de itens artesanais, produzidos pela categoria, os quais foram comercializados na Praça da República, na capital paulista. A ideia é reproduzir essa mostra em outras regiões do estado.



Para os que estão prestes a se aposentar foram realizados mutirões de tira-dúvidas para orientação ao público, ideia que deve ser expandida a outras regiões nos próximos meses.

No momento, a APEOESP está empenhada junto ao Governo e à SPPREV na agilização dos processos de aposentadorias.

## CHEGA DE RACISMO!

O Coletivo Anti-Racismo Milton Santos é uma referência de luta contra a discriminação racial no meio sindical. Em 2018, continuou atuante, com atividades próprias e participação nas lutas gerais contra o racismo.

No dia 20 de novembro de 2018, com concentração no Museu de Arte

de São Paulo (MASP) a 15ª Marcha da Consciência Negra reivindicou o fim do racismo, mais direitos e democracia. Nos materiais de comunicação estavam estampados os rostos de lideranças negras assassinadas, como a vereadora Marielle Franco (PSOL). O evento teve ampla participação da APEOESP, que divulgou uma nova edição do seu Boletim da Consciência Negra, homenageando não só Marielle, mas também o Moa do Katendê, capoeirista baiano assassinado por

um seguidor de Jair Bolsonaro.

O quadro que se avizinha não é propício às chamadas “minorias”, principalmente ao público negro, devido a intolerância religiosa, a violência e a questão quilombola. Por isso, o enfrentamento ao racismo é uma das bandeiras de luta que permanecerá sendo defendida no próximo ano, com muito afinco, pelo Sindicato. A educação é espaço de formação da cidadania e deve ser também espaço de prevenção de todo e qualquer tipo de intolerância.

## PELO RESPEITO À DIVERSIDADE

Para debater e fortalecer o posicionamento e defesa do respeito à diversidade, a APEOESP realizou o IV Encontro do Coletivo LGBT Fernando Schueller, em junho de 2018. O evento teve grande participação do público e, em sua programação, temas como gênero, religião, diversidade, sexualidade, relações raciais/LGBT e violência na Escola.

Com os Grupos de Trabalho foi possível elaborar propostas de ações de inclusão em Políticas para LGBT, além de propostas de Organização dos Coletivos Regionais. De acordo com os relatos dos participantes do IV Encontro, a atividade teve grande importância para a formação dos docentes, a fim de que possam tratar o assunto com maior segurança e propriedade para propor ações e políticas públicas em cada município que tragam inclusão e respeito à diversidade.

Apesar de participar da Parada LGBT há 18 anos, em 2018 o Sindicato não pode estar presente com seu tradicional trio elétrico, pois sofreu veto político dos organizadores, que alegaram que o evento não poderia ser viés político. Porém, o tema foi justamente as eleições, o que torna esse veto totalmente despropositado. Professoras e professores organizados pela APEOESP, inclusive sua Presidenta, estiveram presentes, manifestando seu protesto pelo veto ocorrido.

# NOSSA VOZ MAIS FORTE NA ALESP

Se há uma base governista contra os direitos da classe trabalhadora, é preciso enfrentá-la, por meio da ampliação das bancadas que defendam os pilares da democracia e os direitos dos trabalhadores e da população.

Após anos de uma trajetória em defesa da educação e dos educadores, a APEOESP mais uma vez se posicionou e a professora Bebel, Presidenta da entidade, se candidatou a deputada estadual.

A vitória, com 87.169 votos, veio como uma resposta ao trabalho exemplar desenvolvido não somente como profissional, mas como sindicalista. Bebel foi a 6ª mulher mais votada num total de 18 eleitas. Em Piracicaba, é a primeira mulher eleita deputada.

De acordo com Bebel, o Estado precisa de uma mudança pois os últimos 24 anos

“

**Bebel foi a 6ª mulher mais votada para o cargo que, há mais de oito anos, não tinha representantes do professorado na Assembleia Legislativa**

”



foram de governos tucanos (PSDB). Nesse período, houve a prática de uma política de desoneração, com a recusa de recebimento dos impostos de grandes empresas, o que está fazendo falta nas áreas da Saúde e da Educação.

A nova deputada ressaltou também que é preciso mostrar à população o que é ser uma Deputada comprometida com

*Professora Bebel participa de reunião com deputados(as) eleitos(as) na Alesp*



a educação e com as causas populares, mostrando que a Assembleia não é um santuário de políticos, mas sim a casa do povo, reforçando que é importante implementar de forma integral o Plano Estadual da Educação (PEE) aprovado recentemente, após anos de persistência.

**APROESP**

**SINDICATO DOS  
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

FILIADO À  
**CNE**  
E  
**CUT**

DEZEMBRO 2018



# RETROSPECTIVA 2018 LUTAS DA APEOESP



SINDICATO DOS  
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

FILIADO À  
**CNT**  
E  
**CUT**



SINDICATO DOS  
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

FILIADO À  
**CNT**  
E  
**CUT**

[www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br)